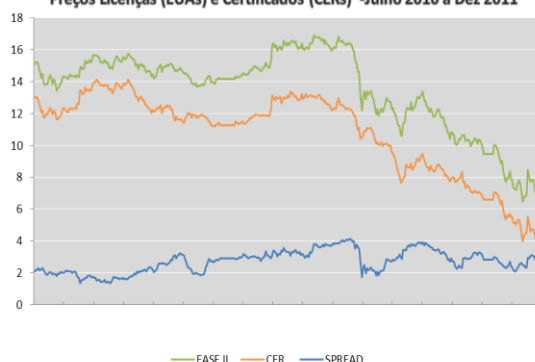


Mercados de CO₂

Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Julho 2010 a Dez 2011



— FASE II — CER — SPREAD

valores em €	31-Dez	MoM	%
EUA Spot	6,90	-1,51	-17,95%
Fut 2012	7,32	-1,00	-12,02%
Fut 2013	7,98	-0,75	-8,59%
Fut 2014	8,50	-1,42	-14,31%
CERs Spot	4,13	-1,59	-27,80%

	31-Dez	%
UK Gas (NBP p/th)	54,31	-9,35%
Carvão (API2 USD/t)	105,25	2,18%
Brent (USD/barrel)	107,38	-2,95%
Crude (USD/barrel)	98,83	-1,81%
German Baseload	52,69	-0,96%

Licenças de carbono descem 50% em 2011

2011 foi marcado, em Janeiro, pelo encerramento temporário dos registos europeus de licenças de emissão. Esta decisão da Comissão Europeia foi tomada após o roubo de perto de 3.2 milhões de licenças dos registos da Áustria, República Checa, Grécia e Roménia. Os activos de carbono subiram 5% no mercado spot ao longo do mês de Fevereiro, mês em que a instabilidade no Norte de África e Médio Oriente levou o preço do Brent e do Gás Natural ao máximo dos últimos três anos, pressionando a subida dos preços da electricidade no centro e norte da Europa.

Em Março o preço das Licenças de Emissão subiu cerca de 11%, em perfeita correlação com a subida dos preços da electricidade na Alemanha (*German Baseload*). A motivar estas subidas estiveram as intervenções militares na Líbia, o terramoto no Japão e a decisão do governo alemão em suspender a actividade em 9 centrais nucleares. Estes eventos de excepção, fizeram disparar a procura de activos de carbono, originando no mercado uma tendência claramente positiva, um aumento dos volumes transaccionados e levando os preços a atingir um máximo dos últimos três anos. (cont. pág. 2)

Comissão Europeia vence batalha da aviação em tribunal

Desde o dia 1 de Janeiro de 2012 que o sector da aviação se encontra abrangido pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). De acordo com a regra geral de abrangência em vigor, estão incluídos os voos com chegada ou partida num aeródromo situado em território de qualquer um dos 27 Estados-Membros (salvo excepções pontuais). Neste sentido, qualquer aeronave de qualquer companhia aérea, independentemente de serem ou não pertencentes à Comunidade Europeia, com chegada e/ou partida em território comunitário, terá que adquirir licenças de carbono de forma a mitigar o seu impacte no clima.(cont. pág. 2 e 3)

Um passo em frente demasiado pequeno para o planeta

Celebração contida. Foi esta a reacção generalizada aos resultados conseguidos em Durban (África do Sul) na última Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP17/CQNUAC), realizada em Dezembro. (cont. pág.3 e 4)

Mercados de CO₂ (cont.)

Mercado Secundário Carbono SPOT - Resumo 2011						
31-12-2011		Final 2010	Var 2011	Min 2011	Max 2011	Média 2011
6,9	EUAs	13,75	-50%	6,47	16,93	12,99
4,13	CERs	11,85	-65%	3,98	13,4	9,88
2,77	Spread	1,9	-	-	-	3,11

Foi no mês de Junho que os preços começaram a resvalar, tendo caído 21%, representando a pior *performance* deste mercado desde Janeiro de 2009. O agudizar da crise da dívida nos países periféricos levantou questões de crescimento económico e de produção industrial em toda a UE. As quedas de 5,5% no preço da electricidade na Alemanha, de mais de 7% no crude e de 2,4% no gás resultaram destas preocupações. A apresentação da proposta oficial da nova directiva de eficiência energética da Comissão Europeia que representará, a médio prazo, uma redução substancial das emissões dos estados membros, o anúncio da Comissão Europeia de que iria transferir 300 milhões de licenças da reserva de novos *entrances* para o Banco Europeu de Investimento para venda, e que acabou por fazer-lo em Dezembro e o anúncio do governo Grego de começar a leiloar licenças de emissão como forma de pagamento da sua dívida soberana confirmaram a queda dos preços.

Em Agosto o preço spot das Licenças de Emissão (EUAs) atingiu o valor mais baixo dos últimos três anos. Esta forte correcção, que afectou a generalidade dos mercados de *commodities*, acções e dívida, resultou da incerteza criada no início do mês com o difícil acordo entre Democratas e Republicanos para o aumento do limite da dívida Norte-Americana. Este evento coincidiu igualmente com as revisões em baixa do crescimento da Economia Europeia e Norte Americana (possibilidade de nova recessão mundial) e com o alastrar da crise das dívidas soberanas a Itália e Espanha.

Perto do final de Outubro o preço spot das EUAs recuperou, reflectindo o sentimento positivo que se alastrou a todos os mercados depois dos líderes europeus terem feito progressos em relação ao pacote de medidas para a zona euro.

Em Novembro houve uma queda acentuada quando a União Europeia avançou com os planos para vender 300 milhões de licenças da reserva da UE apesar dos preços estarem abaixo dos 10 euros e praticamente não haver procura. Esta queda acentuou-se quando a Standard & Poor's colocou em "outlook" negativo 15 países da Zona Euro. Das 17 nações que fazem parte da união monetária, só escaparam o Chipre, que já estava com perspectiva negativa, e a Grécia.

Os preços das EUAs chegaram a mínimos recorde em Dezembro tendo atingido os €6,31 com a desculpa de que os resultados da conferência de Durban, o estabelecimento de um roteiro para que em 2015 exista pela primeira vez um acordo que comprometa todos os países a reduzir as suas emissões de dióxido de carbono para lutar contra as alterações climáticas, foram apenas psicológicos, uma vez que não trouxeram qualquer aumento na procura de licenças. A saída do Canadá do Protocolo de Quioto é também apontada como causa desta queda.

Embora tenha havido uma subida de 20% após a votação do projecto de lei de eficiência energética que irá retirar até 1,4 mil milhões de licenças da terceira fase do Comércio Europeu de licenças de Emissão do mercado de carbono, a partir de 2013, os preços das EUAs desceram logo no dia seguinte.

Os analistas reduziram em mais de 30% as suas previsões de preços para 2012 com as perspectivas de desaceleração da economia global e pela possível persistência de excesso de oferta.

Maria João Ramos

mramos@ecoprogresso.pt

Comissão Europeia vence batalha da aviação em tribunal (cont.)

Como referido na Econews de Setembro de 2011, foram várias as pressões sobre a CE para voltar atrás nas decisões tomadas sobre a inclusão da aviação no CELE, demonstrada pela oposição claramente instalada por parte dos Estados Unidos, da China, da Índia e da Rússia, que acusam a CE de lhes impor as suas leis ambientais.

A batalha da aviação partiu assim para os tribunais, com um grupo de companhias áreas norte-americanas a apresentar queixa na justiça Britânica. O grupo contesta que a legislação europeia, se aplicada, infringirá os acordos internacionais, nomeadamente o Acordo de "Céu Aberto" celebrado entre a Europa e os EUA. O caso mudou, no entanto, de jurisdição, tendo ficado a decisão final a cargo do Tribunal de Justiça Europeu, após pedido de consulta a este órgão judicial.

No entanto, apesar da forte pressão sentida, o Tribunal de Justiça Europeu confirmou a 21 de Dezembro de 2011 a validade da lei europeia que inclui a aviação no CELE, timbrando a sua compatibilidade com a legislação internacional. Fica assim confirmada a vitória da Comissão Europeia nesta batalha.

Comissão Europeia vence batalha da aviação em tribunal (cont.)



Entretanto, a China, que anteriormente já havia pronunciado claramente a sua oposição face à directiva europeia, observou com extrema apreensão o resultado da decisão final do Tribunal de Justiça Europeu. Perante este cenário, a indústria de aviação chinesa avisa desde já que “*será difícil evitar a ocorrência de uma batalha comercial*” em torno desta questão, tendo já publicado, dias atrás, a sua intenção de processar a União Europeia.

Já a indústria de aviação norte-americana está a analisar em detalhe as alternativas possíveis para desafiar uma vez mais a lei europeia, estando em aberto variadas vias de actuação: um caminho pela via legal, ou até mesmo por via de retaliação. Os EUA e países opositores apelam à definição de uma solução global para a problemática das emissões da aviação sob a alçada da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO). De todas as formas, resta no momento às companhias norte-americanas, “*cumprir sob protesto*”.

Certamente 2012 trará mais desenvolvimentos nesta questão.

Fonte: www.pointcarbon.com

Beatriz Pinto
Consultora Sénior
bpinto@ecoprogresso.pt

Um passo em frente demasiado pequeno para o planeta (cont.)

Após duas semanas de intensas negociações, e já na madrugada de mais um dia que se revelou determinante, mais de 190 países de todo o mundo acordaram em estar vinculados a reduzir as suas emissões de sete gases com efeito de estufa a partir de 2020, o mais tardar. A negociação deste “acordo global com força legal”, a levar a cabo pela nova Plataforma de Durban para uma Acção Reforçada, deverá estar concluída até 2015. Até 2020, só a União Europeia e mais 9 países desenvolvidos estarão sujeitos a um segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto (PQ). O novo PQ durará 5 ou 8 anos com metas conhecidas já em Maio de 2012, e os restantes países assumiram compromissos meramente voluntários. Ou seja, durante mais uma década, teremos a “palavra” dos países responsáveis por cerca de 85% das emissões globais em como estas vão ser reduzidas. Contudo, num montante total manifestamente insuficiente para manter a subida de temperatura média global abaixo dos 2°C em relação à era pré-industrial⁽¹⁾. Esta “diferença significativa” que coloca o planeta num futuro climático mais arriscado foi reconhecida com uma “preocupação grave” no texto do documento final.

Para além de um novo roteiro para um acordo realmente global, foi acordada a implementação de um pacote de apoio às Nações em desenvolvimento, especialmente as mais pobres e mais vulneráveis às alterações climáticas, que inclui o fundo verde climático (mantendo-se a preocupação em como financiá-lo), um comité de adaptação que irá promover a coordenação mundial das acções de adaptação e um mecanismo de tecnologia que estarão operacionais em 2012.

O espírito de missão cumprida de Christiana Figueres, secretária executiva da CQNUAC é evidente no seu tweet “In honor of Mandela: It always seems impossible until it is done. And it is done!”⁽²⁾ e o entusiasmo de Connie Hedegaard da União Europeia “By standing firm in Durban, the EU has for the first time united all countries in a legal obligation to curb emissions. (...) Durban marked a breakthrough”⁽³⁾ contrastam com a posição céptica do lado de alguns movimentos ambientalistas como a WWF “governments once again failed today to provide the inspiration and ambition to tackle climate change”⁽⁴⁾. Já na opinião de Lord Stern, especialista de economia de referência na avaliação dos custos associados às Alterações Climáticas “*The outcome of the summit is a modest but significant step forward. The decision to move towards a unified system, with all countries having some form of legal commitments, removes an important obstacle (...)*”⁽⁵⁾.

Um passo em frente demasiado pequeno para o planeta (cont.)

Com conquistas e cedências várias, acima de tudo prevaleceu o espírito de cooperação e apagou-se uma linha que separava países desenvolvidos e em desenvolvimento no que diz respeito aos esforços de redução. Como destaca a presidente da COP17, a ministra sul-africana das Relações Exteriores e Cooperação, Maité Nkoana-Mashabane a cooperação foi essencial "Isto não teria sido alcançado se os países desenvolvidos tivessem posto o seu interesse em primeiro lugar, não teria passado se os países em desenvolvimento tivessem esquecido o espírito de que todos temos responsabilidades comuns, ainda que diferenciadas na luta contra as alterações climáticas"⁽⁶⁾. Tal como refere Tosi Mpanu Mpanu Presidente do grupo de países africanos e pequenos estados ilha, aliados fundamentais da União Europeia, e no fundo os representantes dos países mais afectados, este acordo é bem-vindo "We have something good in terms of capturing more action, now we need to ensure that there will be more ambition"⁽⁷⁾. Todd Stern, delegado americano considerou o resultado um sucesso, "contendo todos os elementos que pretendiam" ao abarcar a China e Índia, outros grandes emissores. Mesmo o Canadá, que no dia seguinte anunciou o abandono do Protocolo de Quioto alegando elevados custos de cumprimento (mas ignorando os custos associados à inacção), referiu-se à Plataforma de Durban como sendo "the way forward that builds on our work of Copenhagen and at Cancun" e assegurando que "We will work for this in the coming weeks or months ensuring the major emitters live up to binding commitments to reduce greenhouse gases"⁽⁸⁾. Para a China, o importante era ganhar tempo sem metas vinculativas, assegurando a extensão do protocolo de Quioto.

De facto, face às baixas expectativas, a COP 17 acabou por representar um marco histórico positivo na história da Política Climática Internacional ao trazer para o mesmo barco todos os países da redução, mesmo os que até agora se mostraram mais resistentes como a China, Índia, Estados Unidos e o Canadá. Para além disto, esta porta que, a muito custo se abriu quando muitos pensavam ser quase impossível, permitirá transitar de uma abordagem meramente voluntária para uma legalmente vinculativa, mesmo que só em 2020.

Mas deixar para tão tarde a entrada em vigor do futuro instrumento legal pode implicar comprometer o objectivo final para a nossa biosfera e todos ficamos a perder.



Caso a redução de emissões se inicie só em 2020, a curva decrescente terá de ser mais inclinada, ou seja mais rápida e profunda, porque quase não há espaço para antecipar o pico de emissões necessário para evitar o risco de consequências catastróficas e irreversíveis.

Virou-se uma página mas há ainda muitas decisões difíceis que foram deixadas para as páginas dos capítulos que se seguem: é ainda necessário desenhar as regras do novo instrumento com força legal e definir até onde se pretende arriscar o nosso futuro climático comum para termos um acordo global mas que seja realmente justo e ambicioso.

"While it is clear that these deadlines must be met, countries, citizens and businesses who have been behind the rising global wave of climate action can now push ahead confidently, knowing that Durban has lit up a broader highway to a low-emission, climate resilient future," concluiu Christiana Figueres, secretária executiva da CQNUAC⁽⁹⁾.

Referências:

- (1) <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/dec/11/durban-climate-change-deal>;
- (2) (<http://durban.blogs.sapo.pt/>);
- (3) <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/dec/13/euro-pe-global-climate-policy-durban>;
- (4) http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/policy/conventions/climate/cop_17_durban/?202787/WWF-Governments-fail-on-ambition-courage-at-UN-climate-change-talks;
- (5) <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/dec/11/global-climate-change-treaty-durban>;
- (6) <http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011/12/11/clima-cop17-aprova-acordo-historico---presidente-da-conferencia>;
- (7) <http://www.pointcarbon.com/>;
- (8) <http://www.guardian.co.uk/environment/2011/dec/13/canada-pulls-out-kyoto-protocol> (9) <http://unfccc.int/2860.php>

Ana Martins

Coordenadora

amartins@ecoprogresso.pt

Ecoprogresso e S&S Asia Pacific assinam acordo comercial para desenvolver projectos de redução de GEEs em edifícios

No passado mês de Novembro a Ecoprogresso e a S&S Asia Pacific assinaram um acordo de colaboração que permitirá a ambas as empresas consolidar as suas estratégias de prestação de serviços na China.

A S&S Asia Pacific pertence à Saraiva+Associados, uma empresa portuguesa com uma presença global e multidisciplinar nas áreas de arquitectura e planeamento urbano. Os princípios fundadores da actividade da empresa assentam na sensibilidade e respeito pela natureza e na cultura local da envolvente aos projectos que realiza.

O acordo foi assinado no escritório da S&S Asia Pacific em Pequim entre Nuno Batista, Managing Partner da S&S Asia Pacific e Renato Roldão, CRO da Ecoprogresso China. Esta parceria surge num momento particularmente relevante em que as emissões de carbono da China, associadas à expansão urbana e aos edifícios, estão em rápido crescimento. O objectivo deste acordo entre a Ecoprogresso e a S&S Asia Pacific é apresentarem serviços e soluções *premium* integradas e com garantias de elevados padrões de qualidade ao nível da sustentabilidade ambiental.



Na foto, da esquerda para a direita, Luis Barros (Senior Partner da Saraiva & Associados), Renato Roldão (CRO da Ecoprogresso China) e Nuno Batista (Managing Partner S&S Asia Pacific)

A Ecoprogresso poderá desenhar projectos e fornecer serviços relacionados com a redução de emissões em edifícios, quer no âmbito de projectos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo quer no âmbito de projectos de Gestão Voluntária de Carbono ou outros mecanismos domésticos de redução de emissões que venham a emergir na China, cobrindo diferentes tipologias de edifícios novos ou existentes como sejam residenciais, de serviços, industriais ou comerciais e certos equipamentos específicos como sejam hospitais, escolas, aeroportos, centros de congressos e conferências, hotéis & *resorts* ou museus.

Renato Roldão
Chief Representative Officer
rroldao@ecoprogresso.pt

Sabe o valor que o seu pneu tem para o clima?

No final do ano passado realizou-se o 9º Encontro de Operadores da Valorpneu. Este evento reuniu todos os parceiros da Valorpneu, quer Pontos de Recolha, Transportadores e Valorizadores, quer mesmo outras entidades que directa ou indirectamente se relacionam com o Sistema Integrado de Gestão de Pneus Usados (SGPU). Este evento tem como principal objectivo juntar todos os *stakeholders*, facilitando a troca de informações e experiências de todos os intervenientes no SGPU. Foi ainda a oportunidade de entregar o Prémio Inovação Valorpneu, o qual já vai na sua 3ª edição e tem como objectivo desenvolver novas ideias e soluções para o destino sustentável dos pneus usados em Portugal.



Início da acção de sensibilização. (© Fernando Piçarra, Imagem gentilmente cedida pela Valorpneu)

A Valorpneu fez questão de não esquecer o ambiente, e, não só compensou as emissões de gases com efeito de estufa associadas à realização do evento, recorrendo aos cálculos e créditos do Carbonfree, como, em parceria com a Ecoprogresso, desenvolveu uma acção de sensibilização climática com o mote 'Sabe o valor que o seu pneu tem para o clima?'.

Sabe o valor que o seu pneu tem para o clima?(cont.)



Esta acção teve como principal dinamizador um questionário sobre o impacto do pneu e da sua utilização nas alterações climáticas. Este questionário permitiu cumprir três objectivos: colocou todos os participantes numa posição onde puderam auto-avaliar os seus conhecimentos sobre a problemática; foi uma boa introdução à pequena apresentação, que se seguiu, sobre as alterações climáticas; e, por último, deu a oportunidade a quem acertou todas as respostas de participar num concurso cujo prémio era uma bicicleta desdobrável! Esta componente dinâmica de concurso ao estilo televisivo criou um ambiente relaxado e ao mesmo tempo lúdico, que deixou os participantes mais receptivos à mensagem de que eles também podem ajudar no que toca às alterações climáticas.

Face às reacções obtidas após esta acção, a única conclusão que se pode retirar é que foi um sucesso: não só todos os participantes saíram com uma mais clara ideia do que podem fazer pelo clima, como o participante vencedor do concurso pode agora também praticar uma mobilidade mais sustentável.



Vencedor do concurso 'Sabe o valor que o seu pneu tem para o clima?'. (© Fernando Piçarra, Imagem gentilmente cedida pela Valorpneu)

Virgílio Figueiredo
Estagiário
vfigueiredo@ecoprogresso.pt

Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis - a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes - as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis - todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local - são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.

NOTA: Os textos desta *newsletter* não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
mramos@ecoprogresso.pt
T +351 217 981 210



Para Trading de Licenças contacte:

Front Office
frontoffice@ecotrade.pt
T +351 217 981 212